

-----**ATA N.º 25/2013**-----

-----Aos 25 dias do mês de setembro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro e o Senhor Vereador João Manuel Duarte.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, requerimento com registo interno n.º 2972, datado de 16/9/2013, informado que se irá encontrar ausente no período de 17/9 a 27/9 de 2013, por motivos de candidatura eleitoral. -----

-----Deu ainda conhecimento, de que o Senhor Vereador João Duarte, não pode comparecer à presente reunião, por motivos profissionais. -----

-----**O Executivo considerou as faltas justificadas.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento do seguinte assunto: -----

-----Mapa relativo ao ponto de situação das candidaturas do Município, cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente ao mapa de candidaturas, informou que o Município tem uma taxa de execução de candidaturas excelentes. De seguida, deu conhecimento de que na última reunião de executivo, havia proposto, que fosse feita uma recomendação por escrito ao empreiteiro, para que, os caminhos rurais fossem concluídos com perfeição e no que diz respeito à EN 16 que o empreiteiro comesse os trabalhos o quanto antes, sob pena de a autarquia perder a candidatura. Disse que não há uma única obra que este empreiteiro tenha concluído, citando a título de exemplo, o Posto de Turismo em Linhares da Beira e os Caminhos Rurais, em que foi feita uma chamada de atenção para a falta de sinalização. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o empreiteiro já havia sido notificado e alertado para a situação, passando a ser o responsável pelo que daí possa advir. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente ao pagamento dos salários dos funcionários da EMCEL. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que a situação ficaria resolvida ainda hoje, no entanto, o Senhor Vereador António Silva dará uma explicação sobre o assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que esta situação prende-se com o facto de a EMCEL não ter tesouraria, neste último quadrimestre, sendo que, a forma de resolver esta situação é através da afetação de custos reais que funcionam no município e que não faziam parte do contrato-programa. Disse que esses serviços estão associados a pessoal externo, e dizem respeito a intervenções de jardinagem, espaços públicos, entre outros, sendo que, caberá ao município liquidar o trabalho efetuado até ao final do ano, daí ser necessário fazer uma alteração orçamental, que irá resolver o problema de tesouraria da EMCEL. -----

-----Deu conhecimento de que no processo de reequilíbrio financeiro da autarquia, está subjacente um subsídio no valor de 1,3 milhões de euros para a empresa municipal, devendo ser proposta uma revisão orçamental, com atribuição desse subsídio, de forma que o mesmo contribua para a redução da subsidiodependência da autarquia. -----

-----Disse ainda, que o processo de reequilíbrio financeiro deu entrada no Tribunal de Contas na passada segunda-feira, sendo esta, a última fase. O Tribunal de Contas terá um mês para se pronunciar sobre o reequilíbrio, bem como, sobre o PAEL. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** gostaria que o executivo quantificasse o atraso no pagamento dos salários dos funcionários da EMCEL. -----

-----De seguida, pretendeu saber se a faturação dos trabalhos a afetar até ao final do ano, iria resolver os problemas de tesouraria imediatos, ou dos salários até ao final do ano, ao que o Senhor **Vereador António Silva** respondeu que seria para salvaguardar o pagamento de salários até ao final do ano. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**RECOLOCAÇÃO DE QUIOSQUE NA PRAÇA DA REPÚBLICA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO, CELORICO DA BEIRA.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. REPARAÇÃO YDREAMS - CASTELO CELORICO**-----

-----Foi presente email, com registo de entrada n.º 8446, dando conhecimento de que a YDreams irá proceder à substituição dos dois monitores do Miradouro Virtual de interior, no dia 25/9/2013.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dar conhecimento de que a empresa YDreams foi quem forneceu o sistema do Miradouro Virtual e Simulador de Voo de Parapente, manifestando descontentamento em relação a esta empresa. Disse que a autarquia iniciou um projeto inovador, com uma empresa de patente no mercado, que na prática resultou num fracasso em matéria de assistência técnica. O equipamento eletrónico é sensível e essa situação não foi devidamente acautelada, ficando a autarquia privada de utilizar estes equipamentos.-----

-----Neste momento, a autarquia assumiu um contrato com esta empresa, que os obrigará a prestar a devida assistência técnica, acompanhada pelo Departamento GFIT, na pessoa do funcionário Carlos Dias. - -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se a intervenção que irá ser efetuada de acordo com *email*, é ao abrigo deste contrato de manutenção. Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que não.-- -----

-----**2. REQUERIMENTO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO GRAÇA SILVA**-----

-----**ASSUNTO: SUSPENSÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS**-----

-----Foi presente requerimento do Senhor Vereador António Graça Silva, datado de 16/9/2013, com registo interno n.º 2989, informando que suspendeu o período de férias, agendadas para o período compreendido entre os dias 16 e 27 de setembro de 2013.-----

-----**3. REQUERIMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: CANDIDATURA ELEITORAL**-----

-----Foi presente requerimento do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/9/2013, com registo interno n.º 2972, dando conhecimento de que se vai encontrar ausente no período de 17/9 até 27/9 por candidatura eleitoral.-----

-----**4. SECÇÃO DE PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE**-----

-----Foi presente informação da Secção de Património, com registo interno n.º 2933, datada de 10/9/2013, informando que, encontrando-se os jardineiros a cortar ervas no separador central da Variante com motorroçadoras, foram projetadas pedras, que provaram a quebra de um vidro numa viatura que circulava na via.-----

-----Mais informam, que a proprietária do veículo apresentou um orçamento de reparação no montante de 87,58€. Referem ainda, que a franquia do seguro de responsabilidade civil da autarquia é de 150€, não se justificando acionar o seguro.-----

-----Relativamente a este acidente, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este tipo de situações tem sido recorrente. Referiu que já havia alertado para a necessidade de se averiguar as causas destes incidentes, até porque, este tipo de ocorrências podem originar acidentes mais graves. Mais uma vez, reforçou a ideia de que a preparação destes trabalhos

deveria ser efetuada de outra forma, sugerindo que fosse efetuado o corte da via ou através do controle do trânsito, evitando assim, este tipo de situações. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, pagar a reparação do dano causado no veículo automóvel, propriedade da Senhora Ana Luísa Patrício Ladeira da Cruz, no montante de 87,58€, conforme orçamento anexo à informação técnica.-----

-----**5. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "REPARAÇÕES DECORRENTES DE VANDALIZAÇÃO DA OBRA - BIBLIOTECA MUNICIPAL"**-----

-----Foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais, com registo interno n.º 3004, datada de 10/9/2013, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente à empreitada “Reparações Decorrentes de Vandalização da Obra – Biblioteca Municipal”, proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada:-----

-----Para cumprimento do n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29/10, conjugado com o artigo 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -

-----Para cumprimento do artigo 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3/7, conjugado com o n.º 2, do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização de Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

-----Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Sr. José Mário Coutinho Caldeira e o Sr. Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr. José António da Cruz Tomás, Topógrafo.” -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização da empreitada “Reparações Decorrentes de Vandalização da Obra – Biblioteca Municipal”, os seguintes técnicos:-----

-----Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;-----

-----Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----

-----Trabalhos de medição e/ou orçamentos: José Mário Coutinho Caldeira e Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Trabalhos de topografia: José António da Cruz Tomás, Topógrafo. -----

-----6. SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

-----ASSUNTO: 9.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2013-----

-----Sobre o assunto, foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 3021, datada de 19/9/2013, cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que esta alteração tem como objetivo reforçar diversas rubricas do orçamento que irão necessitar de um reforço de dotação. Das alterações a efetuar destacam-se as rubricas relacionadas com as despesas de água, saneamento, eletricidade, publicidade ao parque industrial da A25, bem como, diversos serviços prestados pela empresa municipal. Também reforçou a rubrica afeta às operações de tesouraria de modo a que se possa repor os valores penhorados em 2010 e 2011 na conta bancária

afeta a estas operações, no âmbito do processo de reequilíbrio financeiro. As restantes rubricas foram reforçadas de acordo com informações obtidas junto de diversas secções e de acordo com as previsões de despesa para os próximos meses e que deverão ser reajustadas em próximas alterações.

-----De seguida, deu conhecimento de que já foram colocados os pendões nas luminárias do parque industrial A25, bem como, irá também ser divulgado na comunicação social.-----

-----Relativamente à qualidade da água, deu conhecimento de que havia participado numa reunião com as AdZC, onde foram discutidas algumas questões, nomeadamente, a negociação de um plano de pagamentos, relativamente a juros vencidos. De seguida, disse que o município tem de assumir uma posição severa perante as AdZC, no que diz respeito à qualidade da água, uma vez que é esta empresa, que “vende” este bem à autarquia. Deu conhecimento de que foram efetuadas análises à água no laboratório CESAB, bem como, dos valores referentes aos indicadores, acrescentando que os mesmos são superiores aos normais, indicando que a água é imprópria para consumo. No decorrer da reunião, o representante das AdZC disse o seguinte: “Rececionamos o pedido e preocupação do Município de Celorico da Beira sobre a qualidade da água, no entanto, o técnico responsável está de férias. Amanhã, o técnico entrará em funcionamento e irá dar prioridade absoluta à situação. No entanto, nós, presentes na reunião, não temos conhecimento científico e técnico, para avaliar a situação, mas cabe-nos dizer que não concordamos com os resultados científicos e técnicos dos vossos laboratórios, porque os nossos resultados estão em conformidade.” Na sua opinião, esta atitude é de uma irresponsabilidade total.-----

-----Deu conhecimento de que a autarquia pediu a nulidade de todas as faturas desde o início da apresentação das reclamações (março de 2013), desde que devidamente fundamentadas. Na sua opinião, esta autarquia deverá traçar o caminho para terminar o contrato com esta entidade.

Espera que no futuro o Executivo se una na defesa de tamanho assalto à saúde pública e aos cofres da autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse neste momento a autarquia de Celorico da Beira está munida de todas as reclamações, tendo matéria suficiente para avançar com uma ação contra as AdZC, pelo facto de estarem a exigir o pagamento das faturas e respetivos juros, quando a água não tem qualidade. O município exige que lhe seja fornecido um bem com qualidade, uma vez que paga um preço elevado. -----

-----Em todas as reuniões com as AdZC, o Senhor **Vereador António Silva** realçou a participação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, que sempre teve uma postura em defesa dos municípios, uma vontade de corrigir atitudes com os municípios, que não fosse tão centrada na ótica financeira, mas sim, de grupo. -----

-----Deu conhecimento de que as reclamações que entram no município tiveram resposta, outras não. No entanto, essas reclamações foram simultaneamente enviadas para as AdZC. Disse que o Gabinete Jurídico da autarquia, na pessoa da Dr.^a Helena Lage, está empenhado em resolver toda esta situação.-----

-----Relativamente ao Contrato de Cedência das Infraestruturas do Município de Celorico da Beira às Águas do Zêzere e Côa, disse que a autarquia recusou-se assinar o referido contrato, por não concordar com a valorização das infraestruturas e respetiva renda proposta pelas AdZC. Nessa sequência, foi deliberado numa reunião de executivo constituir uma comissão de peritagem composta por um elemento da área de engenharia reconhecido pela Ordem e um ROC, para avaliação das infraestruturas do Município, para posterior negociação com as AdZC. Deu conhecimento de uma reunião, na qual também esteve presente a Eng.^a Hermínia, com a administração das AdZC, tendo sido aceite a referida proposta. Posteriormente, vieram dizer que tal acordo não seria possível, uma vez

que já tinham assinado os contratos com os outros municípios e não iriam ter procedimentos diferentes.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a 9.ª alteração ao Orçamento e GOP's de 2013.**-----

-----**6.1 ASSUNTO: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - 1.º SEMESTRE 2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 3022, datada de 19/9/2013, remetendo para conhecimento o Relatório do Auditor Externo, sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2013, acompanhado das demonstrações financeiras semestrais, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal para conhecimento, conforme o disposto na alínea d), do n.º 3, do art.º 48.º, da Lei das Finanças Locais.**-----

-----**7. CONFRARIA DO BORREGO**-----

-----**ASSUNTO: APOIO FINANCEIRO**-----

-----Foi presente ofício da Confraria do Borrego, com registo de entrada n.º 8534, datado de 19/9/2013, a solicitar um apoio financeiro no valor de 4000€, por forma a dar continuidade à promoção dos melhores produtos, que, sem dúvida, são uma referência regional e nacional. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que o Festival do Borrego tem como intuito promover os produtos endógenos do Concelho, que são uma referência regional e nacional. Disse que o local onde o mesmo se realiza também é emblemático, trazendo muita gente ao Concelho. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que é com muito agrado, que enquanto Vereador do Pelouro de Turismo, tenha desenvolvido este festival, bem como, a Confraria do Borrego. Disse que à semelhança de anos anteriores, a Confraria procura uma forma de financiamento, sendo de opinião que o executivo deverá contribuir para o mesmo, bem como, para o Festival da Castanha.-----

-----Congratula-se com este festival e espera que o mesmo tenha continuidade na freguesia da Carrapichana, bem como, com o festival da Castanha, na freguesia de Prados. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, atribuir um subsídio no valor de 4000€ à Confraria do Borrego.** -----

-----**8. RECOLOCAÇÃO DE QUIOSQUE NA PRAÇA DA REPÚBLICA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO, CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente ofício em nome da Senhora Isabel Cristina D'Oliveira Nascimento, com registo de entrada n.º 8092, solicitando autorização para a construção do novo quiosque na Praça da República, em substituição do existente que explora, em virtude de se querer candidatar a um financiamento para o efeito.-----

-----Nesta sequência, foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 24/9/2013, com registo interno n.º 3084, com o seguinte teor: -----

-----“1. Nos termos da escritura celebrada em 2005/04/02, no Cartório Notarial de Celorico da Beira, os quiosques são, propriedade de Isabel Cristina Nascimento, e “ (...) por falta de incorporação no solo, os mesmos são considerados perante o direito civil, como **móveis** (...)”. -----

-----Deste modo, por não se encontrar agarrado ao solo, não se trata de uma operação urbanística, objeto de controlo prévio, nos termos do RJUE

(alínea a), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação). -----

-----2. A necessidade de executar novo quiosque adveio da Requalificação da Praça da República, levada a cabo pelo Município, motivo pelo qual a elaboração do projeto do quiosque ficou a cargo da Câmara Municipal, ficando acautelado dessa forma o enquadramento arquitetónico, adequado à requalificação que a autarquia pretende efetuar na Praça onde se localiza o quiosque. -----

-----O projeto, a sua localização e a área do mesmo devem ser aprovados em minuta. -----

-----3. Por não ser objeto de controlo prévio, nos termos da alínea a), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, o projeto não carece da instrução prevista para o efeito.” -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o projeto, a sua localização e a área do mesmo.** -----

-----**Mais foi deliberado, que a Câmara Municipal deverá assegurar, mediante o respetivo pagamento, o abastecimento de água e recolha de esgotos domésticos, que se manterão apenas, enquanto o quiosque mantiver a sua atividade em exercício.** -----

-----**Foi ainda deliberado, que a presente deliberação sirva de comprovativo para a colocação do quiosque no local e nos termos definidos no projeto elaborado pela Câmara. Todas as despesas inerentes à colocação do quiosque ficam a cargo do seu atual proprietário identificado na referida escritura. Após a colocação do quiosque, o proprietário terá de efetuar o pagamento das taxas de ocupação da via pública, de acordo com a nova área constante no projeto.** -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não teve tempo de analisar este assunto, uma vez que o mesmo lhe foi entregue no dia da reunião, no entanto, absteve-se, uma vez que o requerimento da requerente refere que a atribuição do financiamento está dependente da apresentação da candidatura até ao final do mês de setembro, pelo que, não iria inviabilizar este projeto. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, para imediata execução das deliberações nela contida. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11h40m e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----